

ESPAÇO E TEMPO MIDIÁTICOS

Revista do Grupo de Pesquisa Mídias e Territorialidades Ameaçadas
VOL. 1, nº. 01, JUL-DEZ/2016



NEPOMUCENO, Eric. **O Massacre: Eldorado do Carajás, uma história de impunidade.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007, 214p.

Elisa Pinheiro de Freitas¹

Em 17 de abril de 2016 completaram-se vinte anos do assassinato de 19 trabalhadores do campo, em Eldorado do Carajás, no estado do Pará. Certamente, uma mancha para a recente história republicana do Brasil. Como não bastasse aquele fato, contemporaneamente, observou-se a concretização de um golpe parlamentar contra uma presidenta eleita por aproximadamente 54 milhões de brasileiros. Embora os dois fatos tenham ocorrido em momentos distintos, não deixam de ser reveladores do caráter autoritário e conservador que norteiam as elites agrárias e empresariais que constituem o Brasil.

Dito isso, é importante resgatar, em suas minúcias, aquele fatídico dia, com o intuito de que as gerações futuras tenham em seus horizontes outras possibilidades de fazer história, sem que a barbárie se faça presente. O renomado jornalista, Eric Nepomuceno, em *O Massacre: Eldorado do Carajás, uma história de impunidade*, cumpre papel fundamental ao permitir a rememoração, com riqueza de detalhes, de um dos eventos mais chocantes e dramáticos ocorridos no país: a morte de 19 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Nepomuceno, em primeiro lugar, afirma que é impossível denominar aquele acontecimento de confronto ou conflito, pois, na realidade, como reiterou, o que ocorreu em Eldorado do Carajás

foi uma das mais frias e emblemáticas matanças da história contemporânea do país. Ninguém deveria sequer se atrever a usar a palavra como ‘confronto’, ‘incidente’ ou ‘choque’ para descrever o que aconteceu na curva do S. Aquilo foi uma carnificina brutal, um massacre que permanece impune (p. 16).

¹ Phd em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Docente, Pesquisadora e Coordenadora do Curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* do Pantanal (UFMS - CPAN). Professora Permanente do Programa de Pós Graduação em Estudos Fronteiriços (MEF). E-mail: elisafreitas@usp.br/elisa.freitas@ufms.br

Por meio de entrevistas com advogados, promotores e sobreviventes do massacre, o autor reconstruiu o contexto no qual o morticínio dos sem-terra se tornou realidade. Nepomuceno leu as 20 mil páginas que compõem o inquérito policial com o objetivo de levantar todos os dados possíveis sobre aquela chacina. O acesso a muitas informações sobre o que se passou em Eldorado do Carajás, no dia 17 de abril de 1996, possibilitou ao autor, indubitavelmente, resgatar as particularidades e contradições que ainda permeiam essa história de horror.

No primeiro capítulo, o autor desvela, por intermédio de uma cuidadosa estatística dos números e dos fatos, a situação na qual se deflagrou o massacre. O conjunto de tramas contidas naquele espaço se apresentava propício para que o horror pudesse ali se instalar, como, por exemplo, o número de fraudes relacionado à posse e à propriedade da terra, as grilagens e outros crimes que deixam o(a) leitor(a) perplexo.

Já no segundo capítulo, Nepomuceno descreve como vivem os sobreviventes do dia 17 de abril. Muitos daqueles carregam, no próprio corpo, as marcas da violência a qual foram submetidos e sofrem fisicamente as sequelas dos ferimentos que passaram a portar depois do massacre. De qualquer modo, o autor nos mostra que a conquista do assentamento das famílias na Fazenda Macaxeira (PA) foi extremamente árdua. O estigma permanece, pois os que resistiram são lembrados como mutilados. A construção de uma identidade positiva se faz necessária para as famílias.

O autor revela, no terceiro capítulo, quem eram e como morreram os 19 sem-terra, além de recontar como se deu a operação da Polícia Militar e as contradições que se evidenciaram depois do desfecho do massacre. No seguinte trecho da obra, Nepomuceno exprime sua própria indignação com o fato:

num país que prima pela desigualdade e a injustiça, pela violência desenfreada e pela omissão das autoridades, o que aconteceu naquela tarde transformou-se num símbolo da perversidade de um sistema que insiste em marginalizar muitos para privilegiar uns poucos e, principalmente, assegurar sua impunidade (p. 120).

Dando continuidade, no quarto capítulo o autor descreve a preparação e a organização pelo MST da marcha de mais de quatro mil manifestantes sem-terra até Belém em 1996, para exigir a desapropriação da Fazenda Macaxeira. Em contrapartida, Nepomuceno conta como se deu a organização dos fazendeiros da região em contraposição à marcha dos sem-terra, tendo para isso, o apoio da Polícia Militar bem

como do governador Almir Gabriel, cujo histórico o atrela aos partidos políticos mais conservadores do país (ARENA, PSD, PMDB e PSDB). Ainda, o autor dá destaque para a lista que os fazendeiros fizeram em relação aos sem-terra considerados “perigosos”.

Por fim, no quinto capítulo, Nepomuceno discorre como foi o primeiro julgamento. Mostra-nos que os juízes trabalham em cima de inquéritos policiais. Como os inquéritos foram mal feitos, o referido julgamento foi superficial e repleto de falhas. Isso se refletiu na absolvição dos culpados e, posteriormente, na própria anulação do julgamento. Para o segundo julgamento, chegaram a ser convocados até dezoito juízes para presidir o caso, no entanto, dezessete se recusaram a fazê-lo, pois, segundo o autor, todos eram favoráveis aos militares e não ao sem-terra. O segundo julgamento ocorreu entre os meses de maio e junho de 2002, mas como os mandantes do massacre entraram com uma série de recursos no Supremo Tribunal Federal (STF), até hoje o crime continua impune.

A obra aqui comentada tem um caráter ensaístico e o autor faz uso de uma linguagem acessível. São interessantes os casos de fraudes que o autor narra envolvendo donos de terras que não existem e/ou são fictícios e aqueles que são donos de extensões de terras que chegam a ser maiores do que muitas nações no mundo. Entendemos que até 1850 predominou no Brasil o regime de sesmaria e, portanto, antes desse período não se pode afirmar que a primeira escritura de propriedade data de 1534. Essa informação carece de maior esclarecimento, pois a propriedade da terra, durante o regime de sesmaria, era da coroa portuguesa. O domínio real era do rei e não do donatário que tinha apenas a concessão de uso.

O mérito do autor está em sua capacidade de fazer com que o(a) leitor(a) possa refletir acerca das mazelas da nossa sociedade, sobretudo, quando a questão se refere à emblemática reforma agrária. Não raro, os pobres ainda são criminalizados e os ricos ficam impunes. Como diz Nepomuceno, no “Brasil afora, é mais perigoso matar um boi do que um homem. Os matadores de gado costumam ser perseguidos, apanhados e punidos. Os de homens continuam impunes” (p. 37). Nesse sentido, o livro de Nepomuceno é um convite a todos aqueles que buscam compreender as particularidades do Massacre dos sem-terra em Eldorado do Carajás. Que queiram refletir o quão absurdo é a concentração de terras no Brasil do século XXI e como esse evento tem muito a nos ensinar sobre as forças conservadoras que insistem em podar toda e qualquer ação que vise aprofundar o desenvolvimento da democracia no Brasil.